

A CRÍTICA TEXTUAL **A SERVIÇO DA HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO NA BAHIA**

Maria da Conceição Reis Teixeira (UNEB e SALT)

INTRODUÇÃO

Entre os séculos XVI a XIX, os portugueses, em nome da colonização e do desenvolvimento sócio-econômico do país, exploraram e comercializaram homens e mulheres negras, oriundos de diversas localidades do continente africano. O historiador Luis Henrique Dias Tavares, em *História da Bahia* (2001), afirma que os primeiros negros começaram a desembarcar em solo brasileiro no período dos governos gerais, cita Mem de Sá como um dos primeiros governadores a pôr em prática o tráfico de escravos, trazendo um grupo de 336 africanos para aqui serem explorados e maltratados no trabalho servil.

É natural que a Bahia fosse uma das principais portas de entrada para as diversas etnias africanas que, durante o período colonial, trabalharam em prol do desenvolvimento sócio-econômico do país. Segundo Conrad (1978), durante os séculos XVII, XVIII e XIX a Bahia foi um dos principais centros onde se praticava o escravismo no Brasil, contando inclusive com um número expressivo de escravos, e, dentre as Províncias do Nordeste, era a que possuía o maior contingente de população escrava.

Diferentemente do que afirmam alguns livros de história do Brasil, o movimento abolicionista na Bahia foi significativo e contou com colaboradores oriundos de diferentes níveis sociais e pertencentes às mais variadas profissões. Tipógrafos, jornalistas, advogados, médicos, parlamentares, juízes, religiosos, professores, literatos, artistas, comerciantes são exemplos de alguns profissionais que se engajaram na defesa da causa do homem negro, defendendo-o das mazelas do sistema escravocrata e fortalecendo o movimento abolicionista.

A imprensa teve um papel central nessa luta, pois os jornais foram os principais meios de propaganda e denúncia utilizados pelos abolicionistas. Isso se dava através da utilização dos seguintes recur-

sos: cobertura jornalística a eventos abolicionistas; notícias dos resultados e das solenidades do fundo de emancipação a atitudes favoráveis à causa abolicionista; divulgação de acontecimentos abolicionistas ocorridos em outras regiões do país; veiculação de denúncias contra os escravocratas e seus aliados; oferecimento de serviços de advocacia para escravos que quisessem questionar judicialmente sua liberdade; denúncia do envolvimento de membros do Partido Liberal na repressão aos abolicionistas e campanhas para eleição de candidatos ligados ao movimento abolicionista.

Na presente comunicação, pretende-se apresentar algumas considerações sobre as contribuições que a Crítica Textual pode oferecer para revelar os meandros do movimento abolicionista no estado da Bahia.

A QUEM CABE RESGATAR OS TEXTOS ABOLICIONISTAS

A necessidade de resgatar o patrimônio cultural de um povo remonta aos gregos, aproximadamente entre os anos de 322 a 146 a.C., quando deram início à atividade de recuperar, de preservar e de divulgar o saber produzido pelos eruditos daquela época. Pode-se dizer que a Edição Crítica de Textos é uma das atividades mais antigas praticadas pela filologia.

É graças à Filologia Textual que o conhecimento armazenado nos textos produzidos e deixados pelas civilizações passadas nos permite compreender e explicar as sociedades. O objetivo de uma edição crítica consiste, na medida do possível, em restituir um texto à sua forma genuína. Segundo Spina (1994), qualquer edição crítica representa, sempre, uma tentativa de restauração de um texto, provisoriamente definitiva, enquanto não surjam outras, naturalmente baseadas em novos achados ou em diferentes perspectivas metodológicas, que possam lançar novas luzes sobre o original. Nesta perspectiva, a principal tarefa do filólogo é o estabelecimento do texto, cabendo ao editor trazer a público a última vontade do autor, ou seja, o texto autêntico.

Conforme já dito alhures, são os objetivos almejados, a quantidade e a qualidade do material reunido sobre um texto ou conjunto, com suas características extrínsecas e intrínsecas, que conduzirão o

caminho a ser trilhado pelo labor filológico. Isto porque existem vários tipos de edição, conseqüentemente, o resultado do labor filológico pode ser materializado, por exemplo, através de uma edição fac-similar, diplomática, paleográfica, crítica, crítico-genética e genética, conforme for o caso. Portanto, é o documento de que dispõe o editor e a época em que o texto foi escrito que determinam os procedimentos metodológicos a serem seguidos pelo editor crítico.

Segundo Teixeira (2006), na edição fac-similar ou mecânica reproduz-se, através de procedimentos mecânicos (fotografia, digitalização ou fotocópia), fielmente o original, preservando o formato, o papel, as ilustrações, as margens, a cor e o tamanho. A preparação deste tipo de edição só se justifica se o propósito do editor for o de permitir, devido ao estado de conservação do suporte ou à inexistência de exemplares que impossibilitem o público ler o original, o acesso ao texto de forma direta, conferindo-lhe liberdade e autonomia na interpretação do testemunho.

Na edição diplomática, o editor faz uma transcrição conservadora do manuscrito, preservando todos os elementos, como, por exemplo, sinais de pontuação, paragrafação, translineação e separação vocabular, com o desejo de facilitar a leitura, dispensando o leitor da árdua tarefa de decifrar as formas gráficas da escrita do manuscrito original.

A edição paleográfica, semidiplomática ou diplomático-interpretativa é, modernamente, recomendada para documentos não-literários, especialmente os jurídicos, e para textos literários medievais, cujo objetivo fim é o estudo da história da língua em que estes textos foram lavrados. Neste tipo, o filólogo interfere mais no texto manuscrito que no anterior, porque esta edição se destina a tornar o conteúdo do texto mais acessível a um público que teria dificuldades de decodificar os sinais gráficos utilizados.

Os pressupostos teóricos que orientam a pesquisa são aqueles da Crítica Textual Moderna e constituem-se nas seguintes etapas metodológicas: *recensio*, *collatio*, *emendatio*, *constitutio textus* e, por fim, a apresentação do texto crítico, acompanhado do aparato. Conforme referido anteriormente, é o material de que dispõe o editor que determina o modelo de edição a ser adotado. Por esta razão, somente após a recolha dos textos relativos aos escravos publicados em peri-

ódicos do século XIX, decidir-se-á por uma edição fac-similar, paleográfica, diplomática.

Para a constituição do *corpus* estão sendo empreendidas buscas na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, no Arquivo Público do Estado da Bahia, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e, posteriormente, em bibliotecas privadas.

Uma vez localizado o texto, realiza-se a descrição do documento, fotografa-se o texto para depois proceder a sua transcrição. Optou-se por primeiro fotografá-lo para só depois transcrevê-lo, devido ao estado de conservação do jornal exigir cuidado no seu manuseio. O processo de transcrição linha por linha demanda muito tempo na sua execução, prolongando o contato direto do pesquisador com os jornais e, conseqüentemente, mesmo que involuntariamente contribuindo para acentuar o processo de decomposição do suporte sobre o qual repousa a mancha escrita. Como se sabe, o papel utilizado na impressão de jornais é de baixa qualidade e, por esta razão, mais vulnerável, mais sujeito à ação do tempo e do manuseio descuidado do homem.

DO POR QUE RESGATAR OS TEXTOS RELATIVOS A ESCRAVOS

É possível localizar nos acervos brasileiros documentos de vários gêneros e tipologias textuais, textos literários e não-literários – certidões, atas, testamentos, petições, declarações, anúncios, crônicas, poemas, entre outros –, que permitem conhecer melhor o cotidiano da sociedade da época em que foram lavrados. Muitos desses textos encontram-se no ostracismo e em péssimas condições de conservação (Confira Fig. 1), outros dispersos, todavia constituem fontes de grande valor para estudos histórico, lingüístico e literário. Ressalte-se ainda que esses documentos, datados e localizados, indicarão aspectos da variação regional e temporal.

O abolicionismo representou para a história social e econômica do país a ruptura com um modo de produção e de vida que perdurou por muito tempo na história do Brasil. Esse tema tem sido objeto de estudos para vários especialistas. Apesar disso, existem lacunas a

serem preenchidas. Resgatar e estudar o discurso dos abolicionistas publicados nos periódicos do século XIX representa uma delas.



Fig. 1: Foto da coleção do *Diário da Bahia* correspondente ao ano 1876.

A recuperação dos textos abolicionistas publicados nos periódicos baianos, preparando-lhes edições e estudando como se dá a construção do seu discurso, é de importância capital por trazer à tona a forma de pensar, de ver e representar o mundo dos homens de uma época, sobretudo porque contribuirá para a compreensão das estratégias discursivas dos sujeitos envolvidos no movimento abolicionista baiano.

A edição desses textos possibilitará aos estudiosos da área das Letras, da História, por exemplo, o acesso a textos recuperados como documento de uma ideologia, enquanto produto social e cultural, pois cabe à Crítica Textual o papel de preparadora de textos, sobre os quais trabalharão as ciências da Literatura, da História, da Linguística e dos Estudos Culturais.

Entende-se aqui que, conforme Bakhtin (1995), a palavra presente em todos os atos de linguagem é o veículo da ideologia. Os discursos ideológicos realizam a lógica do poder, fazendo com que as divisões e as diferenças apareçam como simples diversidades das condições de vida de cada um. E a multiplicidade de instituições não é percebida como pluralidade conflituosa, mas como um conjunto de esferas harmoniosas, ligadas umas a outras. É através da ideologia que são montados um imaginário e uma lógica de identificação soci-

al com a função de obscurecer o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, dando-lhe aparência universal.

Valendo-se dos pressupostos teóricos da Crítica Textual, buscar-se-á reconstituir o texto fidedigno, texto-fonte, para embasar as investigações lingüísticas, literárias ou de outra natureza qualquer, apontando, por meio de uma postura crítica, aspectos que possam ser analisados por nós e/ou por outros especialistas, oferecendo novas perspectivas de estudo.

Pretende-se com o projeto de pesquisa em desenvolvimento na Universidade do Estado da Bahia selecionar os textos abolicionistas publicados nos periódicos baianos *Diário da Bahia*, *Gazeta da Bahia* e *Correio da Bahia* (1869-1888), para a constituição de um *corpus* informatizado – Banco de Textos – que servirá de objeto para a elaboração de edições dos textos reunidos para posteriores estudos.

São ainda objetivos pretendidos: 1) analisar extrínseca e intrinsecamente os textos abolicionistas publicados no *Diário da Bahia*, *Gazeta da Bahia*, *Correio da Bahia*; 2) editar os textos abolicionistas publicados nos periódicos baianos (*Diário da Bahia*, *Gazeta da Bahia*, *Correio da Bahia*); 3) analisar o contexto histórico da época do documento, abordando o ambiente socioeconômico, político e cultural e relações com o movimento abolicionista na Bahia; 4) publicar a edição dos textos abolicionistas resgatados do *Diário da Bahia*, *Gazeta da Bahia*, *Correio da Bahia* e um estudo histórico-lingüístico sobre o discurso abolicionista na Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reiterando, os acervos brasileiros, depositários de valiosos documentos literários e não literários, nos permitem conhecer melhor o cotidiano da sociedade, esclarecer alguns aspectos da história do Brasil da época que foram lavrados. Um momento da História do Brasil que ainda carece ser plenamente esclarecido diz respeito ao período em que os negros foram arrancados da África e trazidos para viver em solo americano na condição de escravos. Muitos dos textos constantes nos acervos da Bahia encontram-se em estado de conservação ruim, outros dispersos, todavia constituem fontes de grande valor para estudos histórico, lingüístico e literário.

O resgate dos textos referentes aos negros publicados nos periódicos baianos é de importância capital por trazer à tona a forma de pensar, de ver e representar o mundo dos homens de uma época, sobretudo porque contribuirá para a compreensão das estratégias discursivas dos sujeitos envolvidos no movimento abolicionista baiano.

Salvaguardar os textos abolicionistas publicados em periódicos baianos do século XIX dos estragos do tempo e da ação do homem é tarefa a ser executada pela Filologia, ramo do saber que, dentre outras coisas, se ocupa da reconstrução do texto para restabelecê-lo de acordo com a vontade última do autor. E desta forma a Crítica textual estará prestando valioso serviço à história da escravidão na Bahia, porque o resgate do patrimônio histórico, lingüístico e escritural baiano possibilitará estudar, a partir de fonte segura, a língua, a literatura, a cultura e a história.

REFERÊNCIAS

ACCIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil colonial: um guia para leitura de documentos manuscritos*. Recife: EDUFPE; Fund. Joaquim Nabuco; Massangana, 1994.

ACIOLI, Brás do Amaral. *Memórias, histórias e políticas da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial, 1937.

ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999.

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Tradução José Paulo Paes. 2ª ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.

CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. Tradução Fernando de Castro Ferro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LAUSBERG, Heinrich. *Lingüística românica*. Tradução Marion Ehrhardt e Maria Luísa Schemann. 2ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1981.

MATTOSO, Kátia M. Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. *A escrita autobiográfica de Doutor Remédios Monteiro*: edição de suas memórias. Salvador: Quarteto, 2006.

SALVIANO. A emancipação XII. *Diário da Bahia*. Salvador, p.1-2, 08 jul. 1871.

SILVA, Kátia Maria de Carvalho. *O diário da Bahia e o século XIX*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1979.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*: crítica textual. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo: Ars Poética/EDUSP, 1994.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 10ª ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. Filologia textual e literatura. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v.10, n.4, p. 66- 75, 2006.

TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. Textos de imprensa: problemas na sua edição. *Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, v. 9, n.10, p. 171-178, 2005.

VIANA FILHO, Luís. *O negro na Bahia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.